

Eixo	Proposta Eleitas (Nacional)	Proposta Eleitas (Estadual)	Proposta Eleita (Municipal)
Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil	Realizar um programa nacional de anistia às dívidas de jovens de 18 a 29 anos, relacionado à educação e saúde. Implementação do estatuto da juventude.	Garantir a permanência estudantil por meio de incentivos ao transporte, alimentação e moradia, ou seja, criação de uma bolsa estudantil.	Desburocratizar e isentar de custos o registro de grêmios estudantis, com incentivo de um centro de apoio jurídico aos estudantes.
Direito à Educação	Criar o passe livre estudantil. Criar bolsas de estudos para estudantes de ensino médio como estímulo à permanência e combate à evasão escolar.	Criar o passe livre para estudantes das escolas estaduais de projetos extracurriculares, curso de formação e capacitação e atividades culturais de acordo com a necessidade de cada indivíduo. Investir na educação com oferta de recursos materiais, pedagógicos e na capacitação de professores que devem ser formados nas suas áreas de atuação. Alterar o horário de oferta de almoço para o fim do turno escolar e oferecer café da manhã a todos os estudantes.	Ampliar o passe livre para os estudantes de projetos extracurriculares, curso de formação e capacitação e atividades culturais, inclusive para os estudantes da zona rural de acordo com a necessidade de cada indivíduo. Implementar a lei 14.615/2023 visando a saúde mental e a educação socioemocional dos estudantes bem como investir na capacitação de profissionais para esse fim. Lançar Editais de Voluntariado, com o objetivo de conectar profissionais capacitados que desejem voluntariamente ministrar cursos, dinâmicas, atividades culturais e demais programas de interesse das escolas.
Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda	Criar cursos técnicos profissionalizantes dentro do espaço escolar de forma concomitante ao Ensino Médio regular, durante os três anos de Ensino Médio.	Implementar, de fato, a educação tecnológica e digital como ferramenta de ensino e aprendizagem.	Retomar os chamamentos públicos que invistam em programas e projetos nas áreas de profissionalização, esporte, lazer e cultura para os jovens do município.
Direito à Diversidade e à	Produzir material atualizado	Implementar capacitações e	Incluir no orçamento público da educação verba para

<p>Igualdade</p>	<p>para elaboração de capacitações, e para o desenvolvimento de discussões sobre a diversidade de expressão de gênero, sexualidade, étnico-racial, religiosa, de classe social e anti capacitista. Este material deverá ser elaborado por um comitê específico que já tenha experiência nas discussões desses temas e por representantes da juventude. Reformular o Ensino Médio em tempo Integral, revisando a carga horária e a efetividade das disciplinas eletivas para realidade social dos estudantes.</p>	<p>projetos educacionais permanentes na rede de serviços públicos sobre diversidade étnico-racial, liberdade religiosa, de gênero, de orientação sexual, de classe social e anti capacitista, visando a promoção de igualdade de acesso a estes serviços. Designar mais psicólogos e assistentes sociais nas redes de ensino, de forma que atenda todos os turnos e o número de estudantes de cada instituição.</p>	<p>implementação efetiva da lei 10 639. A verba será destinada exclusivamente para aquisição de material de apoio relacionado a diversidade étnico-racial, capacitação de profissionais de educação relacionado a mesma temática, e introdução desta na sala de aula com os alunos.</p> <p>Criar a Secretaria Municipal da Juventude, com a função de promover um Fórum aberto sobre diversidade e igualdade, possibilitando constantes debates anuais acerca da juventude na cidade.</p> <p>Criar, via decreto, a semana da diversidade religiosa, contemplando todas as manifestações religiosas da cidade,</p>
<p>Direito à Saúde</p>	<p><i>Aumentar o financiamento para a atenção primária à saúde.</i> Revogar imediatamente um novo Arcabouço Fiscal, que ataca os mínimos constitucionais da saúde e educação, diante de um sistema de saúde cronicamente subfinanciado e sucateado.</p>	<p><i>Aumentar o financiamento para a atenção primária à saúde.</i> Ampliar e remodelar os serviços de atendimento móvel de saúde para atendimento a áreas rurais e de difícil acesso.</p>	<p>Realizar através da atenção primária ações relativas a saúde sexual e reprodutiva dos jovens, incluindo os LGBTQIA+, relativos a saúde sexual e reprodutiva, prevenindo a gravidez precoce e transmissão de IST'S nos locais de maior incidência de juventude.</p> <p>Recuperar a Rede de Atenção Psicossocial com priorização da estrutura do CAPS em suas diversas modalidades; CAPS AD, CAPS IJ, CAPS 3, residências terapêuticas e garantia de equipe multidisciplinar com remuneração e plano de carreiras dignos, a despeito da expansão irrestrita das comunidades terapêuticas, palco de fundamentalismo religioso representando um retrocesso da luta antimanicomial.</p> <p>Combater a terceirização e privatização dos serviços de saúde do SUS do município e reiterar a importância da fiscalização dos contratos e convênios priorizando a gestão</p>

			pública nos serviços de saúde.
Direito à Cultura	<i>Realizar semana cultural nas escolas que abordam temáticas relacionadas às diversidades culturais.</i>	Garantia do passe livre para estudantes com idade entre 14 à 29 anos.	Garantir o percentual de 5% da lei orçamentária anual (LOA) para eventos culturais direcionados para a juventude. Efetivar a construção do festival de arte e cultura da juventude, anualmente.
Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão	Isenção de impostos para a aquisição de equipamento e prestação de serviço para redes comunitárias de internet.	Lei de incentivo a aquisição de equipamentos para criação de conteúdo de comunicação, como: audiovisual, podcast, rádio, jornais, entre outros.	Oferecer oficinas especializadas em comunicação, como: audiovisual, podcast, rádio, jornais, entre outros, em parceria com a UFJF e faculdades de comunicação.
Direito ao Desporto e ao Lazer	Garantir percentual orçamentário do Ministério do Esporte para as escolas e cursos técnicos.	Garantir a obrigatoriedade do ensino de capoeira, musicalização, teatro nas escolas.	Garantir eventos esportivos oportunizando a prática esportiva, respeitando a territorialização e interesses da região.
Direito ao Território e à Mobilidade	Garantir um mapeamento de espaços de convivência da cidade, a união deve fornecer subsídios para reestruturação e construção de espaços de convivência juvenis e intergeracionais. Criar um plano nacional de transporte livre e de qualidade. O plano federal de incentivo, acompanhamento, planejamento e investimento em conjunto com as esferas estaduais e municipais para: 1) implementação do passe livre estudantil em todo o país; 2) implementação do passe livre geral em todo país; 3) municipalização do transporte público. Com a criação do fundo nacional para	Incentivar a partir de subsídios o transporte público gratuito de qualidade a todas as pessoas que possuem vínculo com uma instituição de ensino.	Garantir o transporte público gratuito de qualidade a todas as pessoas que contém vínculo com uma instituição de ensino. Criar mecanismo que facilitam a integração/participação entre os serviços de convivência e fortalecimento com as escolas públicas (sejam elas estaduais, municipais ou federais) para obter uma maior inserção desses jovens que possam utilizar dos serviços na condição de inseri-los ao mercado0 de trabalho e ao direito à cidadania.

	<p>mobilidade.</p>		
<p>Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente</p>	<p>Aumentar o orçamento dos ministérios do meio ambiente, mudanças climáticas e povos indígenas fomentando discussões sociais como a reforma agrária e a transição energética.</p>	<p>Realizar estudos de mapeamento de riscos para identificar áreas suscetíveis de deslizamento de terra, inundações e outros eventos climáticos extremos.</p>	<p>Implementar um plano de educação ambiental que inclua o compromisso de Juiz de Fora com a agenda 2030 e os 17 ODS da ONU de forma a conscientizar sobre questões ambientais.</p> <p>Revisar a lei de impactos de vizinhança 110 2020 mediante estudo de territorialização do município de Juiz de Fora.</p> <p>Criar um grupo composto por jovens para auxiliar no estudo que faz final de contratação para discutir os espaços da cidade.</p>
<p>Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça</p>	<p>Propor revisão da Lei de Drogas especificando critérios de diferenciação entre uso e tráfico.</p> <p>Criar Centros de Referência da Juventude para estimular projetos de prevenção com base nas metas do PRONASCI.</p>	<p>Implementar a Casa do Jovem Egresso.</p> <p>Efetivar atuação da Defensoria Pública Estadual Itinerante para garantir a assessoria jurídica através de parcerias público- privada e afins.</p>	<p>Criar Diagnóstico e Sistematização de Dados – Mapeamento das questões de violência nos bairros, organizando um organograma com taxas reais de quais crimes são mais incidentes em cada região, com um indicador específico de esclarecimento de homicídios.</p> <p>Efetivar a política de formação em Direitos Humanos para a Guarda Municipal prevista no Plano Municipal Juventude Quer Viver.</p>
<p>Sistema Nacional de Juventude</p>	<p>Garantir através do Sinajuve a realização de diagnósticos sobre as juventudes no Brasil.</p>	<p>Garantir através do CEJ e parceria com SEDESE a criação de um programa em que incentiva os estudantes a concluírem o ensino médio.</p>	<p>Assinar termo de adesão ao Sinajuve.</p> <p>Garantir através do CMJ e gestão municipal, acesso a informações de políticas públicas , a partir de veículos de comunicação dos mais diversos, em especial nas redes sociais e escolas.</p>